

Na reunião, que se estendeu pela madrugada, Governo, trabalhadores e empresários ficaram de fazer trégua por um mês

Revisão ^{Orçamento} orçamentária do Governo

CORREIO BRAZILIENSE 19 JUN 1990

prevê redução do déficit a zero

A revisão do Orçamento do Governo Federal prevê a redução do déficit público a zero. O diretor do Departamento de Orçamento da União, Cláudio Forghieri, entrega amanhã ao secretário Nacional do Planejamento, Marcos Gianetti Fonseca, estudo fechado com mais duas alternativas para as contas do Governo: superávit de um ou dois por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Esse estudo deverá ser apresentado à missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), que chega ao Brasil em julho para discutir a primeira etapa da renegociação da dívida externa.

Forghieri informou que a redução do déficit público a zero, prevista em seu estudo, não significa que o Governo abandonou a meta inicial de eliminar, este ano, o déficit público estimado em oito por cento do PIB e conseguir um superávit de dois por cento. "Trata-se simplesmente da metodologia de trabalho adotada", assegurou. Segundo ele, o estudo que zera o déficit é menos complicado e torna mais simplificadas as simulações dos cortes a serem feitos, caso se queira atin-

gir superávit de um ou dois por cento.

Esses três cenários deverão ser apresentados à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, que dará a palavra final sobre a meta a ser atingida. Forghieri observa, porém, que para zerar o déficit público, o Governo terá de efetuar cortes profundos em suas contas. Para ficar num só exemplo: trabalhou-se com a perspectiva de o Governo afastar de fato, este ano, 360 mil servidores e não conceder reajustes salariais ao funcionalismo ao longo de 1990. Na parte de pessoal e encargos foram cortados Cr\$ 150 bilhões.

As empresas estatais sofrerão cortes de 40 por cento em relação aos investimentos e custeio previstos no orçamento para este ano. O orçamento original previa um investimento total das estatais de aproximadamente 8,2 trilhões, que será reduzido a cerca de 5 trilhões. As estatais terão ainda que pagar parte dos 3,5 bilhões de dólares da dívida vencida em 1989, referente à rolagem da dívida externa feita pela União. O Departamento de orçamento da União incluiu nos seus cálculos

sete bilhões de dólares a serem arrecadados via certificados de privatização.

A proposta prevê ainda o resgate de mais de Cr\$ 550 bilhões em títulos públicos. Isso equivale a 50 por cento dos papéis que vencem este ano, que totalizam Cr\$ 1 bilhão 191 milhões. O Governo deverá usar a receita tributária para pagar os encargos da dívida pública, de forma a não promover novo endividamento.

Segundo Forghieri, na hipótese de o Governo perseguir o objetivo de obter o superávit de dois por cento do PIB, meta definida no lançamento do plano de estabilização econômica, a alternativa mais provável será rever a rolagem da dívida. O Governo teria então de resgatar um número maior de papéis no mercado.

A área econômica vai apresentar a revisão orçamentária à missão do FMI, em julho, sinalizando que está disposta a fazer uma ampla reforma do estado, com a reorganização da máquina pública, reordenamento do papel estatal na economia e a adoção de uma política de ajuste fiscal rigorosa.